

PARECER DE PLENÁRIO À MPV Nº 1.028, DE 2021, PELA COMISSÃO MISTA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.028, DE 2021

Estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da covid-19.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Ricardo Silva

I - RELATÓRIO

A Medida Provisória (MPV) nº 1.028, de 2021, visa estabelecer normas para facilitação de acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da covid-19.

O art. 1º da Medida Provisória em epígrafe prevê que, até 30 de junho de 2021, as instituições financeiras privadas e públicas, inclusive as suas subsidiárias, ficam dispensadas, quando cabível, de observar, em suas contratações e renegociações de operações de crédito realizadas diretamente ou por meio de agentes financeiros, uma série de obrigações legalmente previstas, quais sejam:

a) regularidade na entrega da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), prevista no § 1º do art. 362 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

b) regularidade com as obrigações eleitorais, conforme previsto no inciso IV do § 1º do art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Silva
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212345235400>

c) comprovação de quitação de tributos federais, incluindo a apresentação de certidão negativa de inscrição de dívida ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente, nos termos do art. 62 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967;

d) regularidade com Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), prevista nas alíneas "b" e "c" do caput do art. 27 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; e no art. 1º da Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995;

e) apresentação de Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo órgão competente, nos termos da alínea "a" do inciso I do caput do art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; bem como na contratação de operações de crédito que envolvam recursos públicos, provenientes de fundos constitucionais e de incentivo ao desenvolvimento regional (FNO, FNE, FCO, Finam e Finor); recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), previsto no art. 10 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994;

f) comprovação de recolhimento de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), em se tratando de crédito rural, conforme art. 20 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e

g) consulta prévia ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais (Cadin) para realização de operações de crédito que envolvam a utilização de recursos públicos, nos termos do art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

O § 1º do art. 1º da MP ressalva o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, no sentido de que a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios. Registra, ainda, que a verificação da regularidade junto à seguridade social se dará por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.



O § 2º do referido artigo determina que, até 30 de junho de 2021, as instituições financeiras privadas e públicas, e suas subsidiárias, devem encaminhar à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, trimestralmente, na forma regulamentada em ato dos referidos órgãos, a relação das contratações e renegociações de operações de crédito que envolvam recursos públicos realizadas diretamente ou por meio de agentes financeiros, com a indicação, no mínimo, dos beneficiários, dos valores e dos prazos envolvidos.

A seu turno, o art. 2º da medida provisória prevê a revogação do inciso III do caput do art. 10 da Lei nº 8.870, de 1994, excluindo, de forma definitiva, a obrigação de apresentação de Certidão Negativa de Débito (CND) pelas pessoas jurídicas e a elas equiparadas, na contratação de operações de crédito junto a instituições financeiras, que envolvam recursos captados através de Caderneta de Poupança.

Por fim, o art. 3º se limita a estabelecer a cláusula de vigência da medida provisória, que teve início com sua publicação oficial.

De acordo com a Exposição de Motivos EM nº 00020/2021 ME, de 2 de fevereiro do corrente ano, a relevância e urgência da medida provisória em análise estão pautadas na alegação de que sua edição i) auxiliará as medidas de combate aos efeitos econômicos e sociais decorrentes do enfrentamento à pandemia de Covid-19, ii) franqueará às empresas melhores condições de acesso ao mercado de crédito e iii) permitirá maior taxa de sobrevivência de empresas.

Em respeito ao art. 2º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002 – CN, no dia da publicação da MPV sob exame no Diário Oficial da União, o seu texto foi enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva mensagem e de documento expondo a motivação do ato.

Nos termos do art. 3º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 2020, foram inicialmente apresentadas 58 emendas de comissão à MPV nº 1.028, de 2021, conforme especificação a seguir.



As emendas nºs 17 e 18 foram retiradas pelos seus autores, razão pela qual não serão objeto de apreciação por parte deste parecer.

Ressalte-se que a MPV sob exame está sendo instruída perante o Plenário, em caráter excepcional, por força do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 2020, em vigor enquanto perdurar a situação de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da Covid-19.

Nesse contexto, passamos a proferir o parecer de Plenário, em substituição à Comissão Mista, no tocante à Medida Provisória nº 1.028, de 2021, e às emendas de comissão a ela apresentadas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cumpra a este Relator manifestar-se, preliminarmente, sobre a relevância e urgência, a constitucionalidade, técnica legislativa, compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, superados esses aspectos, apreciar o mérito da Medida Provisória nº 1.028, de 2021, e das emendas a ela apresentadas.

II.1 – DA ADMISSIBILIDADE

II.1.1 – DO ATENDIMENTO AOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA

A medida provisória em análise atende aos requisitos de relevância e urgência, previstos no art. 62, *caput*, da Constituição Federal.

Os fundamentos de relevância e urgência constitucionalmente exigidos para a adoção de inovações legislativas na forma de Medida Provisória foram declinados na Exposição de Motivos EM nº 00020/2021 ME, de 2 de fevereiro do corrente ano.



Consta do referido documento, que, *"por meio da Medida Provisória nº 958, de 24 de abril de 2020, cuja vigência foi encerrada em 26 de novembro de 2020, o Governo Federal dispensou exigências legais ordinariamente necessárias para a obtenção de crédito. A referida Medida Provisória somou-se aos esforços de diminuição dos efeitos econômicos da pandemia por meio da diminuição temporária da burocracia para empresas pedirem empréstimos a bancos públicos."*

Esclarece, na sequência, que as dispensas contidas no artigo 1º da Medida Provisória nº 1.028, de 9 de fevereiro de 2021, estavam previstas na Medida Provisória nº 958, de 24 de abril de 2020. Ademais, cláusulas semelhantes também estão contidas na Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, e na Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, destinadas a programas específicos, a saber o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Sustenta que a Medida Provisória nº 1.028, de 9 de fevereiro de 2021, não se restringe à contratação de operações de crédito vinculados a um programa específico. Pelo contrário, por meio dela propõe-se a dispensa, até 30 de junho de 2021, de apresentação de determinadas exigibilidades legais para a contratação de operações de crédito em geral.

Nesse sentido, o Poder Executivo justifica a relevância e urgência da proposição com base na permanência da crise econômica causada pela pandemia de covid-19; e afirma que por meio das dispensas propostas, objetiva-se dar condições para que as empresas privadas e outras entidades possam enfrentar as dificuldades financeiras advindas com a crise atual.

Argumenta, ainda, que a proposta apresentada é necessária para que os canais de crédito do Sistema Financeiro Nacional não sejam prejudicados neste momento de calamidade pública. Com o auxílio das medidas adotadas pelo Governo Federal desde o início da pandemia, constata-se que a concessão de crédito no mercado brasileiro não apresentou discontinuidades. Pelo contrário, dados do Banco Central do Brasil atestam que houve crescimento de 32% na concessão de crédito total entre maio e novembro de 2020. A edição



desta Proposta de Medida Provisória permitirá, pois, que a dinâmica da concessão de crédito não seja prejudicada.

Assim sendo, a Medida provisória em epígrafe auxiliará as medidas de combate aos efeitos econômicos e sociais decorrentes do enfrentamento à pandemia de Covid-19, franqueará às empresas melhores condições de acesso ao mercado de crédito, e permitirá maior taxa de sobrevivência de empresas.

II.1.2 – DA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA

No que se refere à **constitucionalidade formal**, constatamos que a matéria em apreço é passível de regulamentação por medida provisória, pois não incide em nenhuma das restrições contidas no art. 62, §§ 1º e 10, e no art. 246 da Constituição Federal.

Quanto à **constitucionalidade material**, verificamos que a medida provisória em análise não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna. Não há, portanto, qualquer óbice constitucional à sua admissão.

No que tange às emendas apresentadas perante a Comissão Mista, consideramos que as seguintes emendas são inconstitucionais, porque afrontam o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 5.127, pelo qual os Congressistas não podem inserir matérias estranhas ao conteúdo original da MPV por meio de emendas parlamentares: **Emendas nºs 2, 3, 23 e 46.**

As Emendas nºs 2, 3 e 23 visam a suspensão de pagamento de prestações referentes a empréstimos individuais, com características específicas como por exemplo os consignados, enquanto a Emenda nº 46 trata da suspensão de prestações no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. Entendemos que por meio delas não se busca a facilitação do acesso ao crédito, mas a solução de questões pontuais de endividamento, motivo pelo qual consideramos matérias estranhas à Medida Provisória em análise.

Quanto à **juridicidade da matéria**, entendemos que a MPV nº 1.028, de 2021, e as emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista são jurídicas, pois se harmonizam com o ordenamento jurídico pátrio em vigor, não

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Silva

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212345235400>



violam qualquer princípio geral do Direito, além de possuírem os atributos próprios a uma norma jurídica (novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade).

Em relação à técnica legislativa, também não verificamos vícios na MPV e nas emendas a ela apresentadas. Os respectivos textos estão de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

II.1.3 – DA COMPATIBILIDADE E ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A MPV 1028/2021 recebeu 58 emendas. Com exceção das Emendas de nºs 1 e 9, a seguir comentadas, todas as demais são de caráter normativo, permitindo concluir no sentido de que não implicam aumento de despesas ou redução de receitas públicas.

A **Emenda nº 1**, em primeiro lugar, cogita alterar o art. 31 da Lei nº 13.606/2018 para ampliar o escopo das operações de crédito rural que poderão ser objeto de rebate (desconto) para liquidação. Em segundo, almeja autorizar a repactuação das dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31 de dezembro de 2019 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ou o Banco da Amazônia S.A. com recursos oriundos, respectivamente, do FNE ou do FNO, ou com recursos mistos dos referidos Fundos com outras fontes, ou no âmbito do PRONAF.

Tais alterações representam elevação de despesas para a União, uma vez que a cobertura dos custos delas decorrentes são de responsabilidade do Tesouro Nacional. No entanto, a Emenda nº 1 não se fez acompanhar do demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo art. 125 da LDO2021, razão pela qual é forçoso concluir no sentido de que se mostra inadequada e incompatível sob o ponto de vista orçamentário e financeiro.

A **Emenda nº 9**, por seu turno, cogita estabelecer que as instituições financeiras privadas e públicas ficarão dispensadas de observar, nas contratações e renegociações de operações de crédito, o art. 32 da Lei



Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e a integralidade da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal. Citada Resolução "*Dispõe sobre as **operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências***". De outro lado, o art. 32 da LRF atribui ao Ministério da Fazenda a competência para verificar "*o cumprimento dos **limites e condições** relativos à realização **de operações de crédito de cada ente da Federação***".

Desse modo, por almejar extinguir, ainda que temporariamente, todo o sistema de controle e de verificação da realização de operações de crédito por parte dos entes subnacionais, a Emenda nº 9 mostra-se incompatível e inadequada sob o ponto de vista orçamentário e financeiro.

Assim sendo, entendemos que: **I** - a Medida Provisória nº 1028, de 2021, **não tem repercussão sobre a receita ou a despesa da União, não havendo implicação orçamentária ou financeira**; **II** – as **Emendas de nºs 1 e 9 não atendem a legislação aplicável, sendo consideradas incompatíveis e inadequadas orçamentária e financeiramente**; e **III** – as demais emendas **não têm repercussão sobre a receita ou a despesa da União, não havendo implicação orçamentária ou financeira**.

II.2 – DO MÉRITO

Quanto ao mérito, consideramos conveniente e oportuna a matéria, uma vez que, como destacado pelo próprio Poder Executivo, a medida provisória em análise auxiliará as medidas de combate aos efeitos econômicos e sociais decorrentes do enfrentamento à pandemia de Covid-19, franqueará às empresas melhores condições de acesso ao mercado de crédito e permitirá maior taxa de sobrevivência de empresas.

A **Emendas nºs 4, 26 e 37** visam incluir dispositivo vedando a destinação dos recursos recebidos para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios. Neste momento de crise, entendemos que esta medida poderia prejudicar os empreendedores e empresas de pequeno porte, pois seria este o meio de subsistência de seus sócios, que, de certa forma, se equipararia ao



salário dos trabalhadores para o sustento de suas famílias. Assim, somos pela **REJEIÇÃO** das referidas emendas.

As **Emendas nºs 7, 8, 16, 44, 52 e 58**, por sua vez, sugerem a alteração da redação original da Medida Provisória em análise para estender o prazo da dispensa até 31 de dezembro de 2021. Entendemos que o prazo originalmente previsto é insuficiente, razão pela qual somos pelo **ACOLHIMENTO**, parcial ou integral, destas Emendas para estender o prazo até 31 de dezembro de 2021, nos termos do Projeto de Lei de Conversão.

As **Emendas nºs 12, 38 e 48** objetivam a retirada do texto da Medida Provisória da previsão de revogação do dispositivo legal que prevê a necessidade de apresentar CND para obtenção de empréstimos com recursos captados através da caderneta de poupança (inciso III do caput do art. 10 da Lei nº 8.870/1994). Assim, por haver indevida diminuição do alcance das normas estabelecidas pelo Executivo, somos pela **REJEIÇÃO** destas Emendas.

As **Emendas nºs 13, 14, 24, 25, 27 e 28**, por outro lado, tratam de alterações específicas no âmbito de leis específicas referentes aos Programas PRONAMPE (Lei nº 13.999/2020) e Peac (Lei nº 14.042/2020), o que entendemos não ser oportuno no presente momento, razão pela qual somos pela **REJEIÇÃO** destas Emendas.

As **Emendas nºs 34, 49 e 55** buscam alterar a redação do caput do art. 1º da MPV nº 1.028/2021, com o fim de substituir a expressão "ficam dispensadas por "não exigirão", tornando obrigatória, e não meramente facultativa, a respectiva previsão legal. Entendemos que a expressão "não exigirão" não se mostra adequada, pois, em determinados casos, a apresentação de documentos pode ser indispensável para análise de crédito, sob pena de resultar na negativa de sua concessão, razão pela qual somos pela **REJEIÇÃO** destas Emendas.

As **Emendas nºs 35, 50 e 54** sugerem a inclusão de dispositivo prevendo prazo máximo de 5 dias para que as instituições financeiras apresentem resposta sobre a contratação ou renegociação de operação de crédito solicitada. Por entender que o estabelecimento deste prazo de 5 dias, que consideramos exíguo, pode resultar em avaliações equivocadas ou até a negativa da concessão do crédito em caso de não ser viável finalizar a respectiva análise, somos pela **REJEIÇÃO** destas Emendas.



As **Emendas nºs 19 e 21** atribuem tratamento diferenciado para entidades dedicadas a atividades culturais, o que entendemos não ser oportuno no presente momento, razão pela qual somos pela **REJEIÇÃO** destas Emendas.

As **Emendas nºs 20, 36, 39, 40, 41 e 42**, visam suprimir incisos do art. 1º da Medida Provisória em epígrafe, notadamente no tocante a recursos do FGTS, ou limitar a aplicabilidade em determinados casos. No mesmo sentido, a **Emenda nº 22** exclui do referido dispositivo a dispensa de apresentação da RAIS. Assim, por haver indevida diminuição do alcance das normas estabelecidas pelo Executivo, somos pela **REJEIÇÃO** destas Emendas.

As **Emendas nºs 30, 32, 33, 56 e 57** apresentam dispositivos específicos atrelados à atividade rural, que dependeria de um debate mais aprofundado, levando-se em consideração as especificidades do crédito rural. Impende observar que ao estabelecer unilateralmente limites, como sugerido na Emenda nº 32, pode-se reduzir o interesse das instituições financeiras em conceder crédito. Além disto, se implementada a dispensa de comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, na submissão do imóvel rural, ou fração deste, como previsto na Emenda nº 57, haverá o enfraquecimento, ainda que transitoriamente, do próprio instrumento do patrimônio de afetação. Destarte, somos pela **REJEIÇÃO** destas Emendas.

As **Emendas nºs 43 e 51** objetivam a inclusão de dispositivo prevendo compromisso de manutenção dos postos de trabalho. No entanto, apesar de meritórias, entendemos que, neste momento, o socorro às empresas pode ser inviabilizado se houver obrigação de manter os postos de trabalho, razão pela qual somos pela **REJEIÇÃO** destas Emendas.

As **Emendas nºs 45 e 53** buscam isentar os consumidores dos encargos financeiros referentes a eventual renegociação, o que acabaria por repassar estes custos às instituições financeiras e, em última análise, para outros consumidores a elas vinculados por meio de outros negócios, o que consideramos não ser a melhor opção. Assim, somos pela **REJEIÇÃO** destas Emendas.

A **Emenda nº 11** sugere que seja dado tratamento diferenciado às empresas de menor porte e aos setores mais atingidos pela pandemia da covid-19, conforme regulamento do Poder Executivo. A medida se mostra pertinente, razão pela qual somos pelo **ACOLHIMENTO**, parcial, na forma do Projeto de Lei de Conversão.



No mesmo sentido, visando a facilitação de acesso ao crédito, entendemos que previsão semelhante à sugerida na Emenda nº 11 pode ser direcionada a aposentados e pensionistas, ficando a cargo do Poder Executivo regulamentar o tratamento diferenciado a este público também vulnerável e que demanda atenção neste momento de crise.

A **Emenda nº 31**, por sua vez, visa estender o prazo previsto no *caput* por 180 dias quando se tratar de operações realizadas por microempresa e empresa de pequeno porte. A princípio, entendemos que o prazo previsto no *caput* será suficiente, motivo pelo qual somos pela **REJEIÇÃO** da Emenda.

A **Emenda nº 15** tem por objetivo incluir dispositivo que dispensa, até 31 de dezembro de 2021, a obrigatoriedade de seguro prévio para fins de penhor de veículos. Entendemos que a medida é positiva por ter objetivo de desburocratização no âmbito do penhor de veículos, devendo, inclusive ser adotada de forma definitiva, razão pela qual somos pelo seu **ACOLHIMENTO**, parcial, nos termos do Projeto de Lei de Conversão.

Por fim, as **Emendas nºs 5, 6, 10, 29 e 47**, apesar de tratarem de matérias diversas, não se mostram oportunas no presente momento e, por isto, somos pela **REJEIÇÃO** destas Emendas.

II.3 – CONCLUSÃO DO VOTO

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

a) **pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.028, de 2021;**

b) **pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.028, de 2021, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva das seguintes Emendas, as quais consideramos ser inconstitucionais: 2, 3, 23 e 46;**

c) **pela não repercussão sobre a receita ou a despesa da União, não havendo implicação orçamentária ou financeira, da Medida Provisória nº 1.028, de 2021, e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista, com exceção das Emendas nºs 1 e 9, consideradas incompatíveis e inadequadas orçamentária e financeiramente;**

d) **no mérito:**



d.1) **pela aprovação da Medida Provisória nº 1.028, de 2021, e das Emendas nºs 7, 8, 11, 15, 16, 44, 52 e 58**, acolhidas parcialmente ou integralmente, conforme Projeto de Lei de Conversão em anexo; e

d.2) **pela rejeição das demais emendas.**

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado Ricardo Silva
Relator



COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.028, DE 2021

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº _____, DE 2021 (Medida Provisória nº 1.028, de 2021)

Estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da covid-19.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Até 31 de dezembro de 2021, as instituições financeiras privadas e públicas, inclusive as suas subsidiárias, ficam dispensadas, quando aplicável, de observar, nas contratações e renegociações de operações de crédito realizadas diretamente ou por meio de agentes financeiros, as seguintes disposições:

I - o § 1º do art. 362 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

II - o inciso IV do § 1º do art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral;

III - o art. 62 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967;

IV - as alíneas "b" e "c" do caput do art. 27 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;

V - a alínea "a" do inciso I do caput do art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

VI - o art. 10 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994;

VII - o art. 1º da Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995;

VIII - o art. 20 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e

IX - o art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

§ 1º A dispensa de que trata o caput não afasta a aplicação do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição, que se dará por meio de sistema



eletrônico disponibilizado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

§ 2º Até 31 de dezembro de 2021, as instituições financeiras privadas e públicas, inclusive as suas subsidiárias, ficam obrigadas a encaminhar à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, trimestralmente, na forma regulamentada em ato dos referidos órgãos, a relação das contratações e renegociações de operações de crédito que envolvam recursos públicos realizadas diretamente ou por meio de agentes financeiros, com a indicação, no mínimo, dos beneficiários, dos valores e dos prazos envolvidos.

Art. 2º Até 31 de dezembro de 2021, nas operações de crédito que envolvam recursos públicos, deverá ser dado tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas no art. 3º da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e aos setores mais atingidos pela pandemia da covid-19, conforme regulamento a ser editado pelo Poder Executivo.

Art. 3º Até 31 de dezembro de 2021, nas operações de crédito que envolvam recursos públicos, deverá ser dado tratamento diferenciado a aposentados e pensionistas, cabendo ao Poder Executivo regulamentar o disposto neste artigo.

Art. 4º Ficam revogados:

I – o inciso III do caput do art. 10 da Lei nº 8.870, 15 de abril de 1994; e

II - o art. 1.463 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado Ricardo Silva

Relator

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Silva

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212345235400>

